

Edição v. 44
número 3 / 2025

Contracampo e-ISSN 2238-2577
Niterói (RJ), 44 (3)
set/2025-dez/2025

A Revista Contracampo é uma revista eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense e tem como objetivo contribuir para a reflexão crítica em torno do campo midiático, atuando como espaço de circulação da pesquisa e do pensamento acadêmico.

TEMÁTICA LIVRE

Violência como comunicação:
estudo metateórico da comunicação
preterlinguística

Violence as communication: a
metatheoretical study of preterlinguistic
communication

LUIZ SIGNATES

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
E-mail: signates@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9348-9295>

RENAN DALAGO

Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia, Goiás, Brasil.
E-mail: renandalago@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9669-1701>

AO CITAR ESTE ARTIGO, UTILIZE A SEGUINTE REFERÊNCIA:

SIGNATES, Luiz; DALAGO, Renan. Violência como comunicação: estudo metateórico da comunicação preterlinguística. **Contracampo**, Niterói, v. 44, n. 2, p. 01-11, set./dez. 2025.

Submissão em: 06/09/2025. Revisor A: 12/11/2025; Revisor B: 14/12/2025. Aceite em: 14/12/2025.

DOI – <http://dx.doi.org/10.22409/contracampo.v44i3.69154>

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre a violência como forma de comunicação, questionando a separação entre linguagem e agressão presente nas teorias clássicas. A partir da metateoria das tensões comunicacionais (Signates, 2025) e do axioma de Braga (2017) — de que a comunicação antecede a linguagem —, defende-se que a violência, em suas dimensões simbólicas, estruturais ou físicas, pode ser entendida como ato comunicacional primitivo. Tal perspectiva permite reconhecer a violência como parte constitutiva das dinâmicas comunicacionais, produtora de sentidos, vínculos e marcas sociais, sem que isso signifique sua legitimação, mas sim sua compreensão crítica nos estudos da área.

Palavras-chaves

Comunicação; Teoria da comunicação; Metateoria das tensões comunicacionais; Violência.

Abstract

This article offers a critical reflection on violence as a form of communication, challenging the classical separation between language and aggression. Drawing on the metatheory of communicational tensions (Signates, 2025) and Braga's (2017) axiom that communication precedes language, it argues that violence — whether symbolic, structural, or physical — can be understood as a primitive communicational act. This perspective highlights violence as a constitutive element of communicational dynamics, capable of producing meanings, bonds, and social imprints. Rather than legitimizing violence, the analysis seeks to advance its critical understanding within communication studies.

Keywords

Communication; Communication theory; Metatheory of communication tensions; Violence.

Introdução

A relação entre comunicação e violência constitui um problema teórico e epistemológico central para a filosofia da comunicação, especialmente quando confrontada com a tradição iluminista que fundamenta grande parte de suas reflexões. Habermas (2012), baseando-se em Hannah Arendt (2014) e sua análise da democracia grega, concebe a comunicação como um mecanismo racional e democrático destinado a substituir a violência na resolução de conflitos — pressupondo, assim, uma disjunção fundamental entre os dois conceitos. Nessa perspectiva, a política emerge como a substituição da violência pela linguagem, relegando a violência a um fenômeno extralinguístico, em que a linguagem opera apenas de forma instrumental (como na ordem ou na ameaça) (Habermas, 2012; Arendt, 2014).

A visão habermasiana é legítima, na medida em que sejam assumidos dois pressupostos básicos: o primeiro, a que ancora a comunicação no domínio estrito da linguagem articulada e, o segundo, o que não admite a violência como um tipo de linguagem. Qualquer ampliação da noção de comunicação, inclusive aquela que admita que toda violência carrega consigo uma mensagem que lhe é específica, deve questionar a disjunção do autor alemão. Eis o estendimento de compreensão a que este artigo se dispõe avançar. Nesse sentido, algumas questões se tornam cruciais. Em que medida a violência pode ser considerada um fenômeno não comunicacional? Ou, reformulando o problema: como integrar violência e comunicação dentro de um mesmo sistema analítico?

Essa discussão ganha relevância à luz das contribuições de José Luiz Braga (2006), que demonstra que a comunicação antecede a linguagem e é condição para sua invenção, desafiando a noção habermasiana de comunicação como mero uso linguístico ou, em sentido epistemológico, a dependência do conhecimento em comunicação às categorias da ciência da linguagem. Ora, se a comunicação não se restringe à linguagem, é possível questionar se a violência não seria, ela mesma, uma forma de comunicação ou, pelo menos, um objeto passível de análise comunicacional.

Tal reflexão se torna ainda mais pertinente no contexto contemporâneo, marcado pela complexificação dos processos comunicativos mediados por tecnologias digitais e pela globalização. Se, por um lado, a comunicação é frequentemente associada ao diálogo e ao entendimento mútuo, por outro, é preciso investigar suas possíveis articulações com formas de violência simbólica, discursiva ou física. Este artigo busca, portanto, revisitar criticamente os pressupostos que opõem comunicação e violência de maneira absoluta, propondo uma reflexão sobre suas interconexões teóricas e práticas.

A epistemologia da comunicação, conforme delineada por Signates (2023), exige um arranjo epistemológico-comunicacional que posiciona a noção de comunicação no centro do pensamento, unindo teoria e epistemologia em uma articulação autoresreflexiva. Nesse contexto, o estudo da violência como fenômeno histórico e social se entrelaça ao objeto comunicacional para ser plenamente compreendido. A construção e a percepção da violência são mediadas por discursos, narrativas e práticas comunicativas que moldam a sociedade desde os primórdios da humanidade.

Evidentemente, a produção de uma noção de comunicação articulada com o conceito de violência exige, no mínimo, uma apreensão conflitiva para o conceito. Uma abordagem nesse sentido é o que propõe Signates (2023) em sua recente metateoria das tensões comunicacionais, a qual estabelece não apenas uma abordagem que garante a centralidade do comunicacional, mas também uma operação dialética, dentro da qual a comunicação é investigada como uma tensão entre comunicabilidades e incomunicabilidades. Segundo o Signates,

O regime tensional de comunicabilidades e incomunicabilidades, metateoricamente desenvolvido, não se presta apenas à articulação interteórica, mas também pode ter incidência metodológica sobre a pesquisa em comunicação. Isto é, pode ser utilizada na produção de conhecimento diretamente sobre os observáveis da realidade (Signates, 2023, p. 101).

O autor destaca ainda o caráter interdisciplinar dessa abordagem, aplicável a campos como comunicação e religiosidade, comunicação e política, e comunicação e educação, nos quais as tensões entre comunicabilidade e incomunicabilidade se manifestam de forma dialética.

Dessa forma, um estudo sobre comunicação e violência que considere esse arranjo epistemológico visa não apenas analisar fatos históricos, mas também explorar suas repercussões metodológicas e teóricas, promovendo um debate metateórico que ilumine as complexas interações entre comunicação e violência.

A partir dessa reflexão, este artigo busca dialogar, explorar e compreender como a dinâmica da comunicabilidade se expressa no ato violento e na violência em si, desde os primórdios da humanidade, e em que medida a violência influencia o processo comunicacional, tornando-se, ela mesma, um modo pelo qual as tensões comunicacionais se revelam.

Habermas e a Comunicação como Não-Violência

A fundamentação teórica habermasiana acerca da comunicação como antítese da violência encontra suas raízes na reinterpretação contemporânea da esfera pública grega proposta por Hannah Arendt. A filósofa, em sua análise da pólis ateniense, estabelece uma distinção crucial entre poder e força, onde o primeiro emerge como construção coletiva no espaço discursivo, enquanto o segundo representa a imposição unilateral (Arendt, 2014). Nesse paradigma, a linguagem assume papel fundante da política precisamente por permitir a transformação do conflito inevitável nas sociedades humanas em disputa discursiva, criando as bases para a negociação, a diplomacia e, fundamentalmente, para a política democrática como alternativa civilizatória à violência. Habermas absorve esse núcleo conceitual arendtiano, mas lhe confere maior sistematicidade ao articulá-lo com a teoria dos sistemas sociais de Talcott Parsons, para quem diferentes esferas da ação social operam mediante meios simbólicos específicos: o Estado mediante a força legítima, o mercado através do dinheiro e a sociedade civil por meio da linguagem (Parsons, 1967; Habermas, 2012).

É nesse cruzamento teórico que Habermas desenvolve sua concepção de razão comunicativa, postulando que sujeitos capazes de linguagem e ação, em condições nas quais pressupõem estarem em uma situação ideal de simetria discursiva, buscam resolver seus conflitos através da argumentação racional orientada ao entendimento mútuo. A situação ideal de fala, enquanto constructo teórico, representa precisamente a antítese da violência, pois pressupõe a exclusão de toda coerção, a fim de que prevaleça o convencimento dos interlocutores, instados pelo melhor argumento (Habermas, 2012). Nesse modelo, a comunicação adquire um estatuto ético inerente, tornando-se sinônimo de não-violência na medida em que substitui a imposição pela persuasão, a força pelo consenso. Contudo, essa construção teórica enfrenta objeções significativas quando confrontada com a complexidade das interações sociais reais. Para os termos deste trabalho, é possível afirmar que a redução habermasiana da comunicação ao âmbito estritamente linguístico e dialógico desconsidera tanto a multidimensionalidade dos processos comunicativos, quanto a possibilidade de que a própria violência possa constituir forma de comunicação, quando analisada a partir de outros referenciais teóricos.

A rigidez do paradigma habermasiano manifesta-se precisamente na equiparação entre comunicação e ética discursiva, que acaba por excluir da análise todas as formas de interação que não se conformem ao modelo do diálogo racional entre sujeitos autônomos. Essa limitação torna-se particularmente evidente quando se considera, com Bourdieu (1989), que as relações comunicativas — por ele denominadas como exercício de um poder específico, o poder simbólico — estão sempre inseridas em campos de força assimétricos, onde a própria linguagem acaba funcionando como instrumento de distinção, hierarquização, constituição do *habitus* e, enfim, de violência simbólica. A insistência em separar radicalmente comunicação e violência, tratando esta última como fenômeno extra comunicativo, revela-

se assim como uma opção normativa que, embora valiosa como projeto ético, mostra-se insuficiente para dar conta da complexidade das dinâmicas sociais onde formas diversas de violência se manifestam precisamente como práticas comunicativas dotadas de significação própria. Fora de uma compreensão mais adequada da comunicação, na qual os atos violentos possam ser considerados, tendemos a perceber a violência como um sem-sentido, reduzindo a potencialidade epistêmica de compreendê-la.

Braga e a comunicação como condição para a invenção de linguagens

Uma das hipóteses centrais deste artigo é a premissa de que a violência comporta, em si, formas comunicacionais que operam mesmo à margem da linguagem verbalizada ou de seus modos dialógicos de funcionamento. Esse entendimento exige aprofundamento na concepção preterlinguística da comunicação, de José Luiz Braga (2017), segundo a qual a comunicação antecede a linguagem, sendo, portanto, condição para sua própria invenção. Fundamentado em observações de Oliver Sacks, Braga (2017) propõe uma virada teórica significativa ao afirmar que a linguagem não é pré-requisito da comunicação, mas, ao contrário, surge como produto de processos comunicacionais já em curso. Como destaca Signates,

Um arranjo metateórico, portanto, enlaça epistemologia e teoria em uma mesma articulação autorreflexiva, na qual deixa de ser possível fazer teoria sem assumir uma posição epistemológica especificamente comunicacional, eliminando de vez a possibilidade de exogenia, e, de modo correlato, deixa de ser necessário fazer epistemologia ou filosofia da ciência da comunicação sem apontar operadores teóricos úteis ou evitando as repercussões metodológicas. Em outras palavras, um projeto metateórico que contemple essas duas condições – a centralidade do comunicacional e o estabelecimento de casos ou conceitos limites para circunscrever as possibilidades – pode ser um debate ensaístico interteórico, de caráter epistemológico, ou um relato de pesquisa empírica com finalidades teóricas. E isso só é possível porque o objeto estará posicionado no âmbito metateórico, isto é, na zona de interface entre filosofia e ciência, entre epistemologia e teoria/método. (Signates, 2023, p. 100).

A comunicação, portanto, não se reduz ao verbal, nem tampouco às linguagens já codificadas. Ela emerge de interações humanas primordiais, do olhar, do gesto, da intenção partilhada — dimensões anteriores à construção de sistemas linguísticos formais. Em consonância, Braga (2017) compreende que a comunicação é um processo social interacional que opera mesmo quando a linguagem está ausente ou em formação. Essa perspectiva amplia a tradição habermasiana, na qual a comunicação está fortemente ligada à linguagem enquanto mediação racional. Para Habermas (1984), a ação comunicativa se dá por meio da linguagem como instrumento de entendimento mútuo. Braga, porém, desloca o foco: a comunicação é condição de possibilidade para a linguagem, e não seu produto.

Esse deslocamento é sustentado por um estudo de Oliver Sacks (2010), no qual o neurologista descreve pacientes afásicos que, apesar da perda da linguagem verbal, continuavam a se comunicar com precisão por meio de gestos, expressões faciais, entonações e posturas corporais. O caso é paradigmático para Braga (2017), pois revela que a comunicação humana é mais ampla e anterior ao domínio da linguagem verbal. É a partir dessa anterioridade comunicacional que os seres humanos criam a linguagem: como resposta ao impulso de interagir, de significar o mundo, de se expressar.

Entender a comunicação como anterior e generativa da linguagem nos obriga a investigar como outras formas de interação humana — inclusive a violência — se inserem nessa matriz comunicacional originária. Embora Braga não trate diretamente da violência, sua distinção entre linguagem e comunicação fornece os alicerces teóricos para problematizar a violência como forma de comunicação. A questão que se impõe é: qual o lugar da violência na concepção braguiana de uma comunicação anterior à linguagem?

Em diversas culturas arcaicas e pré-modernas, a violência era parte constitutiva das interações sociais e religiosas. Byung-Chul Han (2017, p. 13) observa que, nesses contextos, “[...] a encenação da violência era parte constitutiva integral e central da comunicação social”, sendo manifesta, visível e carregada de sentido. A violência não apenas comunicava o poder do governante, mas também funcionava como ritual de coesão e transcendência simbólica. Han (2017, p. 19) chega a afirmar que, em tais contextos, “a violência representava um recurso central da comunicação religiosa”.

Essa leitura permite compreender a violência como uma forma primitiva e estrutural de comunicabilidade, anterior à linguagem organizada e racional. A violência, nesse sentido, atua como linguagem elementar do corpo e da força, através da qual os humanos expressam domínio, dor, medo, submissão ou resistência — ou seja, significações sociais essenciais. Michaud reforça esse entendimento ao definir a violência como

Há violência quando, numa situação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas” (Michaud, 1989, p. 10-11).

A articulação entre violência e comunicação pode ser ainda aprofundada a partir da concepção de Pierre Bourdieu (1997), que identifica a *violência simbólica* como uma forma de imposição de significados naturalizados, internalizados sem percepção consciente. Tal forma de violência opera invisivelmente na linguagem, nos discursos e nas instituições sociais, perpetuando estruturas de dominação. Como afirma o autor, trata-se de uma “coerção que só se institui por intermédio da adesão que o dominado concede ao dominante” (Bourdieu, 1997, p. 204).

Essa dimensão simbólica, discursiva e relacional da violência corrobora a hipótese de que a violência pode ser compreendida como forma de comunicação, ainda que perversa. A violência estrutura interações e enuncia posições sociais, não apenas como transgressão, mas como dispositivo de produção de sentido. Tal como a linguagem se desenvolveu para representar, persuadir ou controlar, a violência também se manifesta como um ato comunicacional que afeta e mobiliza o outro.

Por sua vez, Johan Galtung (1969) amplia esse quadro ao formular o conceito de *violência estrutural*, que designa os mecanismos institucionais que impedem que as necessidades humanas básicas sejam satisfeitas. Diferente da violência direta, a violência estrutural é invisível, mas atua incessantemente, consolidando desigualdades por meio de estruturas políticas e econômicas. Ela, portanto, é comunicacional na medida em que emite mensagens sociais de exclusão, hierarquia e segregação.

Essa reflexão encontra respaldo em Ginzburg (2013; 2022), ao destacar como a palavra “violência” é evocada para descrever situações de sofrimento, humilhação e desumanização. A linguagem, ao tentar representar esses horrores, revela suas próprias insuficiências, apontando para uma comunicação que excede as palavras — uma comunicação de corpos feridos, olhares de medo, gritos, silêncios e traumas. É nesse espaço liminar que a violência opera como linguagem, como gesto comunicativo extremo, cuja força disruptiva evidencia as falhas e limitações da linguagem convencional.

Ao retomar Braga (2017), compreendemos que a violência pode, paradoxalmente, ser uma das formas mais arcaicas de comunicação humana — anterior à linguagem verbal e operando nas margens da sociabilidade. Ela inscreve-se no corpo, no olhar, na ritualização, nos silêncios, nas ameaças, em tudo o que precede o código estruturado. A violência, portanto, mesmo em sua brutalidade, faz parte da economia simbólica das interações humanas.

Dessa forma, compreender a comunicação como condição para a linguagem — e não como seu produto — nos permite reconfigurar também o papel da violência nas sociedades humanas. A violência não se apresenta apenas como ruptura da comunicação civilizada, mas como uma forma de expressão comunicativa primária, que opera tanto na ausência quanto na falência da linguagem. Ela é, ao mesmo

tempo, sintoma da precariedade dos vínculos simbólicos e tentativa desesperada de restabelecê-los.

Essa perspectiva demanda um olhar mais atento às dinâmicas comunicacionais contemporâneas, nas quais a violência se manifesta de forma simbólica, psicológica ou estrutural. Em um contexto marcado por disputas discursivas, narrativas polarizadas e linguagens degradadas, torna-se essencial reconhecer os modos como a violência continua a comunicar — seja através das mídias, das políticas de exclusão ou dos próprios silenciamentos sociais. Nesse sentido, estudar a violência como forma de comunicação não apenas amplia o escopo da epistemologia comunicacional, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais consciente de suas estruturas de poder e exclusão.

A proposta braguiana de uma comunicação generativa da linguagem nos obriga, assim, a reconhecer que a violência — seja física, simbólica ou estrutural — está inserida nesse processo comunicacional originário. Ela não é apenas desvio ou falência da linguagem racional, mas uma manifestação comunicativa ancestral que persiste como forma de expressão social. Cabe à teoria crítica da comunicação, portanto, considerar essas expressões não para legitimar a violência, mas para compreendê-la como fenômeno que atravessa, tensiona e revela os limites da linguagem e da sociabilidade humana.

A metateoria comunicacional na investigação da violência como comunicação

O presente estudo alinha-se com uma série de investigações epistemológicas recentes no campo da comunicação, cujas formulações mais recentes destacam o papel da metateoria comunicacional como base para a construção de um pensamento autorreflexivo e coerente com os desafios da contemporaneidade. Signates, em seus trabalhos mais recentes (2023; 2025), tem desenvolvido esse conceito com o objetivo de superar os impasses epistemológicos que atravessam o campo da comunicação, especialmente no que tange à fragmentação teórica, à exogenia metodológica e à dificuldade de estabelecer um núcleo identitário da ciência da comunicação.

A proposta da metateoria comunicacional consiste na criação de um arranjo conceitual que una, em uma mesma articulação, a epistemologia e a teoria, de forma a eliminar as fronteiras artificiais entre a filosofia da ciência e a produção teórica concreta em comunicação. Nesse sentido, o Signates argumenta que:

Um arranjo metateórico, portanto, enlaça epistemologia e teoria em uma mesma articulação autorreflexiva, na qual deixa de ser possível fazer teoria sem assumir uma posição epistemológica especificamente comunicacional, eliminando de vez a possibilidade de exogenia, e, de modo correlato, deixa de ser necessário fazer epistemologia ou filosofia da ciência da comunicação sem apontar operadores teóricos úteis ou evitando as repercussões metodológicas. Em outras palavras, um projeto metateórico que contemple essas duas condições — a centralidade do comunicacional e o estabelecimento de casos ou conceitos limites para circunscrever as possibilidades — pode ser um debate ensaístico interteórico, de caráter epistemológico, ou um relato de pesquisa empírica com finalidades teóricas. E isso só é possível porque o objeto estará posicionado no âmbito metateórico, isto é, na zona de interface entre filosofia e ciência, entre epistemologia e teoria/método. (Signates, 2023, p. 100).

Essa articulação metateórica visa, portanto, conferir ao campo comunicacional um estatuto epistêmico autônomo, baseado em sua própria reflexividade. Para Signates, não se trata de negar a interdisciplinaridade, mas de combater o que ele denomina de exogenia — isto é, o uso acrítico e descontextualizado de teorias e métodos oriundos de outras ciências, sem que haja uma mediação conceitual que os traduza aos problemas específicos da comunicação. Nesse sentido, o Signates afirma:

[...] não é a diversidade, mas a dispersão; e, também, não é a interdisciplinaridade, mas a exogenia. Trata-se, portanto, de abordá-los a partir de um pensamento de superação, começando por conferir-lhes um caráter especificamente comunicacional,

isto é, assumir uma postura explicitamente autorreflexiva, no sentido de estudar esses dois sintomas do campo da comunicação como problemas comunicacionais (Signates, 2023, p. 95, grifo nosso).

Ao propor um modelo metateórico autorreflexivo, Signates não apenas fortalece a identidade epistemológica da comunicação, como também oferece um instrumental teórico-metodológico para pensar objetos complexos que transcendem a linguagem verbal — como a violência. Nesse ponto, sua proposta mostra-se particularmente fecunda para este trabalho, ao fornecer uma base para compreender a violência não como um simples ato físico ou social, mas como fenômeno comunicacional que pode e deve ser analisado a partir da própria lógica da comunicabilidade humana.

Se, como vimos, a proposta de Braga (2017) situa a comunicação como condição anterior e geradora da linguagem, tornando então possível pensar a violência também como uma expressão desse campo de comunicabilidade originária. Ao posicionar a violência dentro da matriz da comunicação, e não como ruptura dela, o estudo adere à proposta metateórica de Signates ao tratar a violência como um problema comunicacional, situado exatamente na “zona de interface entre epistemologia e teoria/método” (Signates, 2023, p. 100). A violência, nesse enquadramento, torna-se compreensível como um operador simbólico, uma linguagem primitiva, uma forma de interação social que produz e é produzida por estruturas de sentido, poder e cultura.

Portanto, a metateoria comunicacional de Signates oferece a este estudo não apenas um método, mas uma posição epistemológica situada, capaz de articular teoria e prática, objeto e método, linguagem e sentido. É ela que permite vislumbrar a violência como forma de comunicação, reconhecendo nela uma dimensão simbólica, relacional e histórica que exige abordagens autorreflexivas, críticas e estruturalmente comunicacionais. Ao fazer isso, este trabalho se insere no esforço coletivo de construir uma ciência da comunicação que seja, ao mesmo tempo, teórica, filosófica, empírica e transformadora.

Comunicação, linguagem e violência: tensões comunicacionais

A concepção preterlinguística de José Luiz Braga (2006; 2017) inaugura uma perspectiva generativa e relacional, segundo a qual os processos interativos humanos não dependem exclusivamente da linguagem verbal para existirem. Pelo contrário, é da própria necessidade de interação e de troca entre sujeitos que surge a linguagem como uma construção simbólica derivada. Essa hipótese transforma o modo como se compreende a gênese da linguagem e, ao mesmo tempo, expande os horizontes teóricos da comunicação ao sugerir que interações humanas — inclusive as violentas — podem ser compreendidas como formas comunicativas. Nesse sentido, é possível extrair um primeiro corolário: *se a comunicação é mais ampla que a linguagem e está na base de sua invenção, então há interações comunicacionais violentas e não violentas, o que implica dizer que nem toda comunicação é violenta, mas toda violência pode ser analisada como forma de comunicação.*

Essa compreensão, ao incorporar a violência ao campo comunicacional, entra em tensão com paradigmas clássicos da filosofia da linguagem e da comunicação, que concebem a violência como aquilo que a linguagem civilizada procura evitar ou superar. É nesse ponto que, nos termos deste trabalho, a concepção braguiana se mostra conflitante com a habermasiana: enquanto Habermas associa comunicação à ética discursiva e à razão, Braga desloca o foco para uma comunicação pré-discursiva, anterior à própria organização linguística, abrindo espaço para considerar formas comunicativas não mediadas por linguagem racional, incluindo a violência.

De forma complementar, a concepção diferencialista de Marcondes Filho (2019) também oferece um contraponto relevante ao modelo habermasiano, ao propor uma visão da comunicação como experiência sensível, afetiva e incorporada, que extrapola os limites do discurso racional. Para Marcondes Filho, a comunicação não se esgota no logos nem na intersubjetividade consensual; ela habita os corpos,

os silêncios, os gestos e os afetos. Embora sua proposta não se vincule diretamente à violência, nem pressuponha uma anterioridade, como faz Braga, ela se aproxima desta concepção, ao defender que a comunicação se dá além do verbal, e pode envolver formas de expressão disruptivas e intensas — abrindo, portanto, espaço para a compreensão da violência como uma linguagem de fratura, de ruptura, mas ainda assim comunicacional. A interpretação de Marcondes Filho, contudo, deve ser limitada a este suposto, uma vez que o significado emprestado por este autor ao conceito de comunicação remete a um suposto ético de alta relevância: a relação alteritária, de admissão e respeito à diferença — o que, por definição, contradiz a noção de violência como uma forma comunicacional legítima. O além do verbal, para Marcondes, é o imagético, o sensível e, portanto, o ético e o estético.

A perspectiva geracionista é reforçada, ao se considerar a violência como linguagem, uma vez que, se a linguagem é produto da comunicação e não o contrário, a violência é uma forma de expressão humana carregada de sentido, que pode ser tida também como uma linguagem primitiva, pré-verbal e eminentemente simbólica. Em muitas culturas, a violência possui regras, códigos e rituais próprios, como observa Han (2017), ao destacar que a encenação da violência é parte constitutiva integral e central da comunicação social, sendo assim, visível, pública e performática. A violência, nesse sentido, não é apenas ruptura do diálogo, mas forma expressiva de estabelecer hierarquias, impor significados ou reivindicar espaços. Michaud (1989) já sugeria que a violência é uma forma de interação social, cuja análise não pode se restringir à moralidade do ato, mas deve considerar sua estrutura comunicacional quando há violência, numa situação de interação, vários atores agem de maneira direta ou indireta, causando danos a uma ou mais pessoas.

A violência, portanto, comunica. Ainda que de forma perversa ou destrutiva, ela emite mensagens claras — de medo, dominação, resistência ou exclusão. Bourdieu (1997), ao elaborar o conceito de violência simbólica, explicita como estruturas de dominação podem ser naturalizadas por meio de práticas cotidianas e linguagens sutis, que comunicam posições sociais e desigualdades sem necessidade de imposição física. Já Galtung (1969) identifica na violência estrutural um sistema de comunicação indireta, que marginaliza e exclui grupos sociais por meio da organização desigual dos recursos e das oportunidades. Essa comunicação, ainda que silenciosa, é eficaz: transmite rejeição, negação de direitos e hierarquização social. Como afirma Ginzburg (2013, p. 10), a violência nomeia o que há de mais indizível e, por isso mesmo, carrega potência comunicativa máxima — “situações difíceis de descrever, de extremo horror, de níveis de sofrimento que não deveriam existir”.

Considerações finais

Ao longo deste artigo, buscamos tensionar as fronteiras que tradicionalmente separam comunicação e violência, tomando como eixo analítico a metateoria das tensões comunicacionais proposta por Luiz Signates. Essa abordagem nos permitiu compreender que a violência não apenas interfere nos processos comunicacionais, mas é, ela mesma, um fenômeno comunicacional, operando dentro dos regimes de comunicabilidade e incomunicabilidade que estruturam a vida social.

Partindo da concepção de José Luiz Braga, de que a comunicação é condição para a invenção da linguagem, ampliamos o escopo analítico para incluir expressões pré-linguísticas e não verbais — entre elas, a violência — como formas legítimas de comunicabilidade. A violência, nesse sentido, comunica não apenas pelo gesto ou pelo impacto físico, mas sobretudo pelo silenciamento, pela imposição, pela marca simbólica que deixa nos corpos, nas instituições e nas narrativas sociais. Assim, ela se revela como linguagem primitiva, anterior e exterior à racionalidade discursiva proposta por Habermas, mas não menos significativa ou eficaz.

Ao distinguir entre comunicação violenta e violência comunicacional, percebemos que ambas operam em um regime de tensionalidade onde comunicar e (in)comunicar se entrelaçam. A violência

comunica porque constitui uma linguagem própria, ainda que perversa; e (in)comunica ao suprimir o dissenso, neutralizar o outro e apagar o diálogo. Nesse jogo de forças, ela transmite mensagens de exclusão, medo, dominação e resistência — com efeitos concretos na organização social e na constituição das subjetividades.

Dessa forma, compreender a violência como forma de comunicação não é, de forma alguma, uma tentativa de justificá-la, e sim de revelá-la como parte do tecido simbólico das interações humanas. Trata-se de reconhecê-la como expressão social significativa, que demanda análise crítica, metodológica e epistemologicamente situada. A metateoria das tensões comunicacionais, ao posicionar a comunicação no centro do pensamento, busca oferecer ferramentas necessárias para uma leitura complexa e autorreflexiva, capaz de desvelar as formas pelas quais a violência estrutura — e é estruturada por — processos comunicativos.

Em tempos marcados por polarizações, silenciamentos e exclusões, torna-se urgente pensar a violência não apenas como ruptura da civilidade, mas como manifestação simbólica que interroga os limites da linguagem, da ética e da própria ideia de sociedade. É nesse contexto que a filosofia da comunicação encontra sua potência transformadora, ao propor não apenas um novo modo de compreender o mundo, mas de intervir criticamente sobre ele.

Referências

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRAGA, José Luiz. Comunicação gerativa: um diálogo com Oliver Sacks. **MATRIZES**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 35-55, maio/ago. 2017.

BRAGA, José Luiz. **A sociedade enfrenta sua mídia**: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006.

GALTUNG, Johan. Violence, peace, and peace research. **Journal of Peace Research**, v. 6, n. 3, p. 167-191, 1969. Disponível em <<https://gsdrc.org/document-library/violence-peace-and-peace-research/>>. Acesso em: 11 jun. 2025.

GINZBURG, Jaime. **Literatura, violência e melancolia**. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2013.

GINZBURG, Jaime. **Crítica em Tempos de Violência**. 2. ed., São Paulo: EDUSP, 2022.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. Vol. 1. Tradução de Paulo Astor Soethe. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012.

HAN, Byung-Chul. **Topologia da violência**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Comunicação do sensível**: Acolher/Vivenciar/Fazer Sentir. São Paulo: ECA-USP, 2019.

MICHAUD, Yves. **A violência**. Tradução L. Garcia. São Paulo: Ática, 1989.

PARSONS, Talcott. **Sociological theory and modern society**. New York: Free Press, 1967.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes**: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SIGNATES, Luiz. Por uma metateoria das tensões comunicacionais: fundamentos para um objeto

metateórico na Ciência da Comunicação. **Questões Transversais**. Vol. 11, nº 21, p. 94 – 102, janeiro-junho/2023. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2022/trabalhos/por-uma-metateoria-das-tensoes-comunicacionais-fundamentos-para-um-objeto-metate>. Acesso em: 23 de abr de 2025

SIGNATES, Luiz. **Metateoria das tensões comunicacionais**. Goiânia: Editora UFG, 2025.

Luiz Signates é professor da Universidade Federal de Goiás. Neste artigo, contribuiu com desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.

Renan Dalago é doutorando da Universidade Federal de Goiás. Neste artigo, contribuiu com a concepção do desenho da pesquisa; desenvolvimento da discussão teórica; interpretação dos dados; apoio na revisão de texto; redação do manuscrito e revisão da versão em língua estrangeira.